



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 187/2021 -  
NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 16 de dezembro de  
2021

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**Ref.:** Procedimento Licitatório  
Eletrônico nº 014/2021 – DECOMP/DA

**Obj.:** Contratação de empresa especializada para execução das obras de reforma da Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal - UBS 07, localizado no Setor Central, Área Especial Oeste, Lote 17, no Gama, DF. devidamente especificado no Projeto Básico, no Edital e seus anexos.

**I – DA INTRODUÇÃO**

O presente procedimento licitatório tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras de reforma da Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal - UBS 07, localizado no Setor Central, Área Especial Oeste, Lote 17, no Gama, DF.

O PLE nº 014/2021 – DECOMP/DA teve o seu edital republicado no dia 07 de dezembro de 2021, com abertura do certame prevista para o dia 20 de dezembro de 2021, após a Decisão nº 4.641/2021, emanada pelo C.TCDF, autorizar o prosseguimento do certame.

No dia 19 de outubro de 2021, foi apresentada a presente impugnação ao edital. (Doc. SEI/GDF nº 72389894)

**II – DA TEMPESTIVIDADE**

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação ao edital, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

**III – DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE**

Em suas razões, a empresa XXXX se insurge quanto ao modo de disputa escolhido para a presente licitação, quanto ao processamento do certame e quanto à defasagem do orçamento apresentado.

**IV - DA ANÁLISE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

Conforme relatado acima, a Impugnante esclarece que, dada à especificidade da presente contratação, o modo de disputa deveria ser fechado e o processamento presencial, uma vez que a modalidade adotada pela NOVACAP se assemelha a um pregão eletrônico, vedando assim as contratações de obra.

Ademais, salienta que o orçamento estaria defasado, fato que deveria ser revisado pela área demandante sob pena de prejuízo direto à competitividade do certame.

Pois bem, tendo em vista que o modo de disputa, a forma de processamento e a planilha orçamentária integram a fase de preparação do certame e a sua escolha compete exclusivamente à área demandante, os autos foram remetidos à Diretoria de Edificações para análise e parecer, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc.SEI/GDF nº 72390036).

Em resposta, o DETEC exarou a Nota Técnica N.º 46/2021 - NOVACAP/PRES/DE/DETEC (Doc.SEI/GDF nº 72649870) nos seguintes moldes:

*“(…)*

*Trata-se de resposta à IMPUGNAÇÃO ao Edital de Procedimento Licitatório Eletrônico nº 014/2021-DECOMP/DA apresentado pela XXXXXXX (72389894), com pedidos afetos à:*

- a) Determinar a suspensão da sessão designada para o dia 15.07.2021, as 09:00hrs para realização da sessão inaugural, a fim de viabilizar a reformulação do Edital do Procedimento Licitatório nº 014/2021 — DECOMP/DA;*
- b) Revogação do Edital do Procedimento Licitatório nº 014/2021-DECOMP/DA, de modo a não admitir a utilização do modo de disputa aberto e o processamento eletrônico do certame, tendo em conta as peculiaridades do objeto licitado, passando a ser adotado o modo de disputa fechado e o processamento presencial;*
- c) Revogação do Edital do Procedimento Licitatório nº 014/2021-DECOMP/DA, para determinar a atualização do orçamento base do Edital, para, no mínimo, passar a utilizar os preços referenciais do SINAPI com defasagem máxima de 60 dias.*

*Argumenta a XXXXXXX que a realização de Procedimento licitatório modalidade eletrônica e modo de disputa aberto para a contratação de obras e serviços de engenharia exige grande cautela, a fim de evitar a ocorrência de danos ao erário, o desatendimento ao interesse público e a eventual responsabilização de agentes públicos. Que o procedimento licitatório possui inegáveis semelhanças com a modalidade do Pregão.*

*Que a modalidade pregão não pode ser utilizada para a contratação de obras e serviços de engenharia, visto que não se trata de bens e serviços comuns.*

*Que obras e serviços de engenharia possuem claros conceitos legais, somente em poucas e limitadas hipóteses, podem eventualmente ser classificadas legalmente como bens e serviços comuns, uma vez que dificilmente suas especificações e padrões de desempenho e qualidade possuem parâmetros padronizados e especificações usuais no mercado.*

*Que somente de forma residual, quando a atuação do profissional não assume relevância e que as especificações do serviço/obra, de fato, podem ser obtidas facilmente no mercado, o Poder Público está autorizado a se valer do pregão para contratar obras e serviços de engenharia.*

*Que a vedação legal se justifica pelo fato de que obras e serviços de engenharia se tratam de atividades altamente especializadas e que demandam cautela e responsabilidade do técnico, tanto é que, nos atos*

*convocatórios dos processos de contratação, exige-se a presença de profissionais engenheiros devidamente habilitados e cuja qualificação técnica possam ser aferidas.*

*Que a jurisprudência do e. TCDF tem sido combativa com a utilização da modalidade pregão para contratação de obras e serviços de engenharia não comuns, sendo certo que esse raciocínio deve ser reproduzido quando se tratar de Procedimento Licitatório regido pela Lei n. 13.303/2016.*

*Que o objeto licitado prevê a contratação de obra de engenharia e prestação de serviço de engenharia para a construção de unidade básica de saúde, instalações de maior complexidade e exigem a presença de corpo técnico altamente especializado e comprovadamente apto a elaborar soluções personalizadas para as intercorrências que normalmente ocorrem durante a sua execução.*

*Que a comprovação da qualificação técnica da licitante, prevista no extenso item 9 do Edital Impugnado, demonstra a mais ampla necessidade de demonstração do preenchimento de quesitos técnicos, revelando que os responsáveis técnicos que participarão da execução do objeto licitado devem possuir comprovada qualificação para tanto.*

*Que a utilização do modo de disputa aberto e o processamento de forma eletrônica no Edital Impugnado finda por fazer com que as licitantes busquem unicamente vencer a licitação e direcionar excessivamente a escolha de empresa vencedora somente ao menor preço, o que, via de consequência, compromete a qualidade na execução da obra e serviço de engenharia, bem como ocasionará o aumento dos custos, causando dano ao erário.*

*Que a Administração Pública possui instrumentos legais para punir a empresa que abandona a obra/serviço ou que o entrega fora das especificações técnicas e de qualidade exigidas, entretanto, trata-se de medidas que somente podem ser tomadas a posteriori, isto é, buscam sancionar e não prevenir, sendo esse segundo objetivo o que deve direcionar a realização de contratações públicas.*

*Que os lances sucessivos previstos no modo de disputa aberto findam por perpetuar os problemas decorrentes da utilização do pregão para contratação de serviços complexos, cujas especificações não são usuais, enquanto no modo de disputa fechado, "estimula-se os licitantes a apresentarem desde logo as propostas mais competitivas", uma vez que são sigilosas até a data de apresentação.*

*Que a adoção de modo de disputa fechado e da modalidade presencial afasta licitantes aventureiros e sem capacidade efetiva de executar o objeto contratado.*

*Conclui a XXXXXX pelo pedido de refazimento do Edital de modo a determinar que o Procedimento Licitatório seja processado de forma presencial e a não permitir a apresentação de lances intermediários.*

*Acerca do orçamento defasado, argumenta a ASBRACO que no orçamento que instrui o Edital, esse tomou por base os preços unitários na tabela de referência do SINAPI de abril de 2021, o que se mostra desassociado de fatos relevantes relacionados aos custos relacionados a obra. Que por estar baseado em preços de abril de 2021, o orçamento não contempla o aumento do preço da mão-de-obra que foram reajustados em 7,9% (sete vírgula nove por cento), cuja data base é maio de 2021, sendo certo que o contrato não sofrerá o reajuste em sentido estrito, uma vez que o prazo da obra é de 300 (trezentos) dias.*

*É a síntese da impugnação.*

**RESPOSTA:**

*Opina-se pelo não cabimento das argumentações apresentadas pela XXXXXXXX, conforme razões expostas a seguir.*

*Quanto ao pedido de refazimento do Edital de modo a determinar que o Procedimento Licitatório seja processado de forma presencial e a não permitir a apresentação de lances intermediários, conforme mencionado na Nota Técnica N.º 8/2020 - NOVACAP/PRES/DE/DETECA (4863913), em resposta anterior dada à Impugnação - (Asbraco) (SEI nº 44512468), de mesmo teor e expressiva similaridade com os termos contidos na presente impugnação, **reiteramos que**, de acordo com a [Exposição de Motivos](#) do projeto de lei apresentado no Senado Federal pelo Senador Tasso Jereissati, acessado em 05/08/2020, que resultou da Lei 13.303/2016, a eficiência das estatais é afetada por diversos fatores importantes nos processos de contratação, em razão de restrições à contratação, que muitas vezes afastam da concorrência os pretendentes mais capazes. Que as empresas públicas seriam provavelmente mais eficientes se pudessem contratar com os mesmos critérios das empresas privadas. “É preciso lidar com eficiência e ética não apenas como instrumentos de controle, mas também com mecanismos de gestão, promovendo uma verdadeira transformação cultural das empresas estatais.”*

*Dentre os mecanismos dispostos com esse objetivo é o processamento preferencial da licitação por meio eletrônico, conforme estabelecido no §2º do art. 51, da Lei das Estatais:*

*Art. 51. As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases:*

*I - preparação;*

*II - divulgação;*

*III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;*

*IV - julgamento;*

*V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;*

*VI - negociação;*

*VII - habilitação;*

*VIII - interposição de recursos;*

*IX - adjudicação do objeto;*

*X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.*

*§ 1º A fase de que trata o inciso VII do caput poderá, excepcionalmente, anteceder as referidas nos incisos III a VI do caput , desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.*

***§ 2º Os atos e procedimentos decorrentes das fases enumeradas no caput praticados por empresas públicas, por sociedades de economia mista e por licitantes serão efetivados preferencialmente por meio eletrônico***, nos termos definidos pelo instrumento convocatório, devendo os avisos contendo os resumos dos editais das licitações e contratos abrangidos por esta Lei ser previamente publicados no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município e na internet. (grifamos)

*Ao contrário do que alega a impugnante, esse dispositivo da Lei 13.303/2016 prestigia a adequação do procedimento licitatório à era digital. Ademais, a utilização de meios eletrônicos no processo de licitação é*

aderente aos princípios constitucionais e da lei das estatais: da eficiência, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da competitividade e da transparência.

Conforme Fernanda Marinela **“a eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios de dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum”**. Portanto, a utilização de procedimento licitatório eletrônico racionaliza a máquina administrativa, otimizando os recursos materiais e humanos, haja vista valer-se de recursos digitais para realizar as fases da licitação, em atendimento ao princípio da eficiência, expresso o art. 31, da Lei das Estatais.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 5º, “LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”. Assim, ao adotar o sistema eletrônico no processamento da licitação, muitos procedimentos são realizados automaticamente, sem depender da ação humana, conferindo agilidade aos trabalhos, de acordo com o princípio da celeridade.

Outro princípio, o do desenvolvimento nacional sustentável (art. 31, da Lei 13.303/2016) é atendido pelo processamento eletrônico da licitação, por exemplo, com a redução de documentos em papel, consequentemente reduzindo a degradação do meio ambiente e zelando pela saúde das pessoas, gerando riquezas com menor impacto ambiental.

O princípio da competitividade (art. 31, da Lei 13.303/2016) será alcançado pelo uso do meio eletrônico na licitação a partir do maior alcance das tecnologias digitais tanto na divulgação do certame quanto nos trâmites do processamento da licitação, já que possibilita maior participação de empresas por não exigir a presença física do licitante, pois a tecnologia permite atingir os mais diversos locais do país, além de não onerar desnecessariamente o licitante. Ao mesmo tempo favorece a isonomia entre as licitantes ao reduzir os custos necessários à participação nos certames. Segundo BARCELOS (2018, p.324) “ao viabilizar a disputa a um número maior de interessados espalhados em diversas localidades, bem como o fato de os licitantes não terem de se reunir presencialmente, em tese, reduz-se o risco de conluio, entre os participantes, especialmente em certames com modo de disputa aberto.”

Assim, quanto maior o número de participantes na licitação, um dos pilares do processamento eletrônico, visando alcançar qualquer parte do país, maior a possibilidade de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos preceitos da eficiência, eficácia e a efetividade, em prol da gestão econômica da estatal.

O princípio da transparência é evidenciado nos registros eletrônicos e comunicação imediata a todos os participantes do Certame, atuando a estatal com imparcialidade e transparência em seus procedimentos, ao disponibilizar as informações na rede para consulta, resguardando-se apenas aqueles considerados sigilosos.

Eventual similaridade do Procedimento Licitatório Eletrônico com o Pregão Eletrônico não prejudica o resultado do procedimento adotado no Certame em comento. Trata-se de mudança de cultura, visando a melhoria dos procedimentos administrativos, aproximando-os da iniciativa privada, de modo a alcançar melhores resultados com menor dispêndio de recursos públicos.

Conforme pontua BARCELOS (2018, p. 324):

**(...) A preferência na utilização de meio eletrônico ocorre em relação a atos e procedimentos de todas as fases;** volta-se à efetivação destes atos e procedimentos; e vincula-se às estatais e aos licitantes.

Portanto, salvo justificativa técnica ou econômica, os atos deverão se concretizar por via eletrônica, desde a fase de preparação até a homologação do resultado, anulação ou revogação do procedimento. Evidencia-se, assim, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem privilegiar, por exemplo, o envio eletrônico de impugnações, pedidos de esclarecimentos, propostas e recursos, bem como as suas decisões e respostas a eles relacionados.

Sobre o tema, no âmbito do regime tradicional de licitações, **a jurisprudência do TCU tradicionalmente aponta a legitimidade da utilização da forma presencial somente quando houver expressa justificativa técnica ou econômica, sob pena de, eventualmente, as contratações serem qualificadas como antieconômicas.** (grifamos)

Portanto, a regra é a adoção do meio eletrônico na realização das licitações das estatais, não se vislumbrando justificativa técnica ou econômica para a adoção do sistema presencial para a licitação em pauta.

Ademais, de acordo com entendimento de Jessé Torres Pereira Junior e outros (2018, p.217), visando resguardar-se de eventual deficiência na execução de obras e serviços de engenharia, de que resulte diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança do empreendimento, cumpre à empresa estatal, em conformidade com o regime de execução adotado, elaborar os respectivos projetos básicos com as condições de solidez, segurança e durabilidade aplicáveis a cada componente da obra ou serviço de engenharia. Tais documentos foram apresentados no Certame impugnado.

Adiciona-se que, por previsão expressa em Lei a NOVACAP, designa fiscal ou comissão devidamente qualificados para acompanhar as etapas das obras e serviços, nos termos da Lei nº 5.194/1966, que regulamenta as profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo, com a devida anotação de responsabilidade técnica - ART, nos termos da Resolução nº 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, segundo o qual "Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea."

Portanto, as medidas que resguardam a Administração Pública não são apenas a posteriori como afirma a impugnante. As medidas adotadas pela empresa estatal resguardam tanto a licitação quanto seu resultado, o contrato e a respectiva execução.

**Quanto à alegação de orçamento defasado,** nos mesmos termos do contido na Nota Técnica 40 (SEI nº71003888), em resposta à Impugnação apresentada pela empresa XXXXXX, **reiteramos que,** conforme pode ser constatado nos autos 00112-00010249/2021-26, a conclusão do orçamento e a solicitação do recurso se deu em **14 de junho de 2021** e após trâmites internos até preparação de Edital, sua publicação no DODF se deu em **13 de setembro de 2021**, com a estimativa consolidada a partir da tabela SINAPI/CAIXA de data base **abril de 2021**, mais recente ao tempo da elaboração do orçamento.

Diante das precauções adotadas pela NOVACAP no sentido de dar

celeridade à tramitação do processo até a publicidade do Edital, entende-se que a duração do processamento foi razoável, haja vista que atualmente a mais recente data base disponível no sítio eletrônico da Caixa é a tabela referencial de **outubro de 2021**, publicado em 18 de outubro de 2021. Portanto, uma defasagem de 6 meses da data base do orçamento está dentro do admissível, conforme disposto a respeito do tema nas "Orientações para elaboração de planilha orçamentária de obras públicas" do Tribunal de Contas da União (2021, p.59).

Isto posto, mostra-se inviável a atualização do orçamento.

Conforme regras contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP - RLC/NOVACAP, disponível no endereço eletrônico <https://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 29 Set 2021 às 17h17) tem-se que:

**Art. 193. O reajuste do contrato será concedido após o interregno mínimo de um ano.**

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

**§2º Caberá à Diretoria demandante definir no Termo de Referência ou Projeto Básico se a periodicidade anual referida no parágrafo anterior será contada da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.**

Art. 194. A concessão de reajuste de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação.

Art. 195. O adimplemento das parcelas pagas pela NOVACAP referentes a serviços executados e medidos posteriormente à data-base do reajuste do contrato e anterior à sua formalização será efetivado com a complementação do pagamento dos valores de atualização monetária do período a que fizerem jus. (grifamos)

Portanto, são duas as periodicidades de reajustamento contratual estabelecido no RLC/NOVACAP após o interregno de 12 meses: conta-se a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, de maneira similar ao que consta no artigo 40, inciso XI da Lei n. 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: [...]

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, **desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir**, até a data do adimplemento de cada parcela; (grifamos)

A variação do índice **Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100 - Brasília - Col. 18 apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV** adotado como um dos referenciais de

*reajustamento do Edital em questão, teve variação de 5,72% no período de janeiro a junho de 2021, variação abaixo de 1% ao mês, exceto pelo mês de maio de 2021. Portanto, a licitante tem condições de considerar em sua proposta os impactos financeiros tanto das variações salariais previsíveis no dissídio coletivo, assim de avaliar o comportamento dos índices setoriais.*

*Considerando ainda que o ICC Brasília (Coluna 18) sofreu variação acumulada de 3,18% entre abril e junho (último índice disponível), não se observa necessidade de adequação da data base referencial para efeito de reajustamento (data da apresentação da proposta) haja vista que há possibilidade da empresa analisar condições de exequibilidade de sua proposta considerando o prazo de execução da obra em 300 dias, pois não se observam fatos excepcionais que justifiquem alteração de parâmetro adotado usualmente nos editais da NOVACAP.*

*Por fim, nos termos do Acórdão n. 19/2017 - Plenário do Tribunal de Contas da União temos que:*

*9.5.1. em futuras licitações de obras públicas, **quando se demonstrar demasiadamente complexa e morosa a atualização da estimativa de custo da contratação, adote como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária**, nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/1993 e do art. 3º, §1º, da Lei 10.192/2001; (grifamos)*

*Outro ponto a se destacar é que os preços coletados pelo Instituto de Geografia e Estatística, responsável pelas coletas de preços do sistema SINAPI, adota como principais variáveis **preços medianos e salários medianos**, abrangendo vasto universo, não se restringindo aos menores preços obtidos para os diversos insumos, o que confere flexibilidade ao licitante na proposição de preços à NOVACAP.*

*Isto posto conclui-se que não se aplica a modificação da data base de elaboração da planilha orçamentária, uma vez que o orçamento encontra-se atualizado.*

*Ressalta-se outrossim, que as licitantes devem formular suas propostas a partir das informações disponíveis e conhecidas, como o mencionado reajuste salarial mediante dissídio coletivo, incorporando-as nos preços ofertados à NOVACAP.*

*Estas são as informações técnicas que visam subsidiar resposta da NOVACAP à impugnação apresentada pela XXXXXXXX contra termos dos Edital de Procedimento Licitatório Eletrônico nº 014/2021-DECOMP/DA.”*

Como se vê, a referida resposta abrange, com primazia, as alegações constantes da impugnação da Requerente.

A título de complementação e conforme exposto na “Introdução” da presente resposta, a presente contratação fora suspensa, em caráter liminar, pelo TCDF por ocasião do Despacho Singular nº 335/2021-GCMM proferido nos autos da Representação nº 00600- 00010668/2021-20-e, representação essa aviada pela ora Impugnante.

Nesse sentido, tanto este DECOMP, quanto a área técnica se manifestaram nos termos do Despacho (Doc.SEI/GDF nº 73156719) e Nota Técnica N.º 50/2021 - NOVACAP/PRES/DE/DETEC (Doc.SEI/GDF nº 73326546), explicitando os motivos pela correição do rito adotado pela NOVACAP, sendo certo que a documentação subsidiou os esclarecimentos prestados por esta Companhia.



Assim, após a análise de mérito da Representação aviada pela ora Impugnante, sobreveio a Decisão nº 4.641/2021, de Relatoria do Cons. Márcio Michel, concluindo que:

“(…)

*Quanto à primeira insurgência - **utilização do sistema de pregão eletrônico em detrimento do presencial, com adoção do modelo de disputa aberta, ao invés de fechada – avalio por improcedente. Primeiro, porque a Lei nº 13.303/2016, que rege o processo de contratação pública das empresas estatais, não traz qualquer vedação à utilização do pregão eletrônico para contratação de obras e serviços de engenharia.** Segundo, pois, consoante bem destacado pela Unidade Instrutiva, o certame em voga cuida de serviços comuns de engenharia, facilmente definidos no edital com especificações usuais de mercado.*

*Em relação à segunda insurgência - orçamento estimativo defasado, haja vista a definição de custos ancorados no Sinapi/Caixa de abril/2021 – também entendo por improcedente, na medida em que a questão já foi examinada por esta Corte de Contas nos autos do Processo 00600-00000461/2020-66-e, que tratou da licitação lançada pela Novacap para ampliação de unidades escolares, no qual fora ofertada representação questionando a estimativa de preços apresentada pela jurisdicionada, com a mesma alegação de defasagem do orçamento, tendo este Tribunal, mediante a Decisão nº 633/2021, deliberado pela improcedência.*

*No mais, adoto o interior teor da Informação nº 107/2021 – SEGEM/DIGEM2 como razões de decidir.*

*Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Instrutivo, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:*

“(…)

***b) improcedente a representação da XXXXXX;***

*III. revogue a cautelar concedida, autorizando a continuidade do Procedimento Licitatório n. 014/2021-Decomp/DA, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap);”*

Ou seja, não há qualquer óbice para a realização do certame na forma definida pela área demandante.

## **V - CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise das alegações apresentadas pela Impugnante, informamos que o o modo de disputa, o processamento, bem como a planilha orçamentária estão em perfeita consonância com a Decisão nº 4.641/2021 exarada pela Corte de Contas do DF, motivo pelo qual não acolhemos a presente impugnação.

A presente resposta à impugnação ao edital ficará disponível e divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**Ladércio Brito Santos Filho**

Chefe do DECOMP/DA



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 17/12/2021, às 09:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador= 76378404](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=76378404) código CRC= **0F346C3A**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF